

*Significação e História 4*  
direção de  
José Horta Nunes

## SIGNIFICAÇÃO E HISTÓRIA

### TÍTULOS PUBLICADOS

- Matematização da linguística e natureza da linguagem*, Sylvain Auroux  
*Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*, Cristiane  
Dias  
*Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*, Eduardo Guimarães  
*“A Língua é o que Nos Une”. Língua, Sujeito e Estado no Museu da Língua  
Portuguesa*, José Simão da Silva Sobrinho

“A Língua é o que Nos Une”  
*Língua, Sujeito e Estado*  
*no Museu da Língua Portuguesa*



*José Simão da Silva Sobrinho*

“A Língua é o que Nos Une”  
*Língua, Sujeito e Estado*  
*no Museu da Língua Portuguesa*

SEGUNDA EDIÇÃO  
REVISTA E AMPLIADA

HUCITEC EDITORA  
São Paulo, 2020

© Direitos autorais, 2020, de  
José Simão da Silva Sobrinho.

© desta edição, de  
Hucitec Editora Ltda.  
Rua Dona Inácia Uchoa, 209  
04110-020 São Paulo, SP.  
Telefone (55 11 3892-7776)  
www.huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial  
MARIANA NADA

Produção editorial  
KÁTIA REIS

Assessoria editorial  
MARIANA TERRA

Circulação  
ELVIO TEZZA

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

Silva Sobrinho, José Simão da, 1965-

A língua é o que nos une: língua, sujeito e estado no museu da  
língua portuguesa / José Simão da Silva Sobrinho. – 2. ed. – São  
Paulo : Hucitec, 2020.

188 p. ; 21 cm. (Significação e história ; 4)

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-8404-182-4

1. Linguística. I. Título. II. Série.

14-09398

CDD 401.41  
CDU 81'42

A fraqueza da memória dá fortaleza aos homens.

— BERTOLT BRECHT





## SUMÁRIO

Nota à segunda edição	11
Prefácio, <i>Eni Puccinelli Orlandi</i>	15
Agradecimentos	19
Introdução	23
Parte I	
A ESPETACULARIZAÇÃO DA LÍNGUA	33
1. Museu e imaginário linguístico	35
2. Museu, descolonização linguística e lusofonia	52
3. Políticas de representação da língua	64
Parte II	
O MUSEU E A UNIDADE IMAGINÁRIA	75
1. Língua e unidade nacional	77
2. História da língua e política	82
3. Língua e identidade	90
Parte III	
AS CONTRADIÇÕES DO ESPETÁCULO	101

1. Equivocidade da designação “Língua Portuguesa”	103
2. Língua, literatura e nação	119
3. Origem da língua e invenção da nação	143
Considerações finais	159
Posfácio	165
Referências	181

## NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

*Preciso voltar e olhar de novo  
aqueles dois quartos vazios.*

(Ana Cristina Cesar)

**A** primeira edição deste livro esgotou alguns meses após a sua publicação, em 2014. Passaram-se cinco anos da primeira edição e oito anos da finalização da pesquisa que lhe deu origem. Ao preparar essa segunda edição, uma pergunta ocupou nosso pensamento durante certo tempo: as coisas ditas nesse livro mantêm-se atuais para merecerem nova edição? Achamos que sim. Principalmente porque as discursividades em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa são, ainda, constitutivas da formação social brasileira.

Em 21 de dezembro de 2015, um incêndio destruiu os três andares da Estação da Luz, prédio onde o Museu da Língua Portuguesa foi instalado. Conforme notícias na imprensa, a obra de restauração do prédio e a reinstalação do acervo devem

ser concluídas para reabertura do museu em 2020. Está sendo noticiado, também, que o museu será "mais interativo". Independentemente, contudo, das mudanças no acervo do museu, o que o Museu da Língua Portuguesa produziu em termos de política de língua, política de cultura e política de Educação já é parte da história do Brasil, da relação do brasileiro com a língua do Estado nacional e com as outras línguas. O museu, na configuração analisada, está na história.

Nesta segunda edição, mantivemos o texto da primeira versão, com algumas reformulações com vista a deixar o texto mais inteligível. Ilusão da transparência. Resistimos à tentação de reformulações mais substanciais. O texto tem história, que é a de suas condições de produção. Os fios do interdiscurso que constituem a sua trama, bem como os esquecimentos, contam parte dessa história. Ele traz na teoria e na análise modos de inscrição possíveis na memória, na Ciência. Modos de subjetivação na/pela escrita.

Quando a pesquisa que deu origem ao texto da primeira edição foi concluída, em final de 2010, a reflexão sobre o discurso museográfico, e, mais especificamente, sobre o Museu da Língua Portuguesa não tinha, no campo da Análise de Discurso, o desenvolvimento que tem hoje. Muitos e importantes trabalhos foram produzidos, neste intervalo, por pesquisadores de diferentes instituições, compreendendo aspectos do funcionamento discursivo do Museu da Língua que não abordamos. O leitor tem, hoje, um conjunto significativo de trabalhos sobre o Museu da Língua Portuguesa.

Esta segunda edição segue com dois acréscimos mais consequentes: um prefácio e um posfácio. O primeiro foi escrito pela pesquisadora Eni Orlandi (Unicamp/Labeurb). Trata-se de texto escrito para a primeira edição, mas que, por um equívoco no processo de produção do livro, não foi publicado. No texto, a autora destaca o trabalho do esquecimento e do interdiscurso no funcionamento discursivo do Museu da Língua.

No posfácio, de nossa autoria, retornamos ao arquivo da pesquisa para analisar a questão da "interatividade" no Museu da Língua Portuguesa, mais especificamente, na exposição permanente. Consideramos importante incluir esse texto na segunda edição devido à relevância que a "interatividade" tem na discursividade do Museu da Língua e na prática museográfica de modo geral, hoje fortemente interpelada pela ideologia da inovação. Uma versão desse texto foi publicada na revista Polifonia, em 2015.

Uberlândia, 2018

José Simão da Silva Sobrinho



## DO MUSEU E DO ESQUECIMENTO

**E**m ocasião recente, no dia Nacional dos Museus, tive a oportunidade de falar sobre este assunto. E, embora se tenha sempre referido o Museu à memória, isto é, o museu como instituição guardiã da memória, seja nacional, seja da arte universal, ou de particularidades memoráveis, sejam políticas, sejam culturais, aprendi, com esta minha reflexão, a ligação do museu com o esquecimento. Há mais do esquecido do que o guardado pela memória, nesta forma de instituição.

Nicole Loraux (1998), em seu texto sobre anistia, fala sobre a questão do esquecimento, referindo um autor (Phrinikos) que foi punido porque fez uma peça que lembrava aos atenienses uma guerra e seus inimigos.<sup>1</sup> Ele foi banido e condenado ao esquecimento assim como sua peça não podia mais ser encenada. Porque não era para lembrar aquele fato. Era para esquecer. Ela discorre, então, sobre como, para os gregos desta época, a arte da política é a arte do esquecimento, ou melhor, do que eles deviam lembrar de esquecer,

---

<sup>1</sup> Esta autora e este assunto estão explorados por mim em um texto cujo título é "Fragmentação das Políticas Públicas".

*fazendo uma partilha entre o que deviam lembrar e o que deviam esquecer para que a vida social (o laço social) fosse possível e a história fosse em frente. Quanto ao fato, em si, da guerra, eles já tinham escolhido trinta pessoas que tinham sido julgadas culpadas e assim já podiam continuar sua vida “em paz”.*

*Ao pensar estes aspectos da política, tendo como forma sujeito histórica o sujeito capitalista, como fica a questão do laço, do esquecimento, dos banidos, dos “culpados”? E da anistia, ou seja, do que é preciso lembrar de esquecer para que a sociedade se mantenha, assim como o grupo, a comunidade. E o que significa o museu nestas condições? Com esta instituição, fazemos uma divisão entre o que se deve lembrar e o que se deve lembrar de esquecer que afeta o conjunto de sujeitos de uma formação social.*

*O museu é uma instituição. Como tenho afirmado, somos individuados pelo Estado através de instituições e discursos. Tomo então a perspectiva de pensar o museu como parte do modo de individuação do sujeito capitalista em nossa formação social. Dessa relação, resulta um sujeito, em cuja individualidade, conta a forma como o Estado o individua, ou seja, o relaciona com sentidos sociais que se apresentam como parte de sua memória (do indivíduo, do Estado, da Sociedade). Podemos pensar o museu como parte do processo de produção de arquivos, ou seja, discursivamente, como discurso documental (M. Pêcheux, 1994). Assim, podemos introduzir a afirmação de que os museus são práticas de significação.*

*Para formar o consenso, alvo das políticas públicas, mobilizando uma instituição do Estado e seus discursos sobre o memorável, o da memória legítima, o que está aí politicamente significado?*



*Aparecem então, em termos dos sujeitos e de processos de significação,<sup>2</sup> colocando-se o museu como discurso, os muitos sentidos e os equívocos que este discurso traz, assim como o que está sendo significado nas chamadas “políticas públicas”. No caso, que foi objeto de análise de José Simão — o Museu da Língua Portuguesa — apontam-se as ambiguidades, silenciamentos, equívocos, produzidos pelas instituições que assentam políticas de língua.*

*Tomando então em mãos o que diz N. Loraux (ibidem), posso interrogar ao Museu da Língua, o que ele nos faz lembrar de esquecer? Certamente a presença ainda da colonização. Mais que isso, a língua que é nossa, a não idealizada concreta, simulando unidades que não existem, através de filiações organicistas, biologistas, naturalistas e mesmo um enunciado que abre suas portas e que José Simão, de forma extremamente fina e profunda soube analisar: “A língua é o que nos une”. Quem? Pelo princípio do esquecimento, que é o da política da convivência e o esquecimento dos “culpados” (os que cometem “erros”: em relação a que língua?), sei que este “nos” não é inclusivo embora simule sê-lo. Quem são os banidos, os segregados?*

*São tantos, eu diria, que combinam com os sentidos que produzem o equívoco da indeterminação presente neste “nos”. Enquanto*

---

<sup>2</sup> *Acho profícuo lembrar aqui que a teoria do discurso é definida por M. Pêcheux como “a determinação histórica dos processos de significação”. E não é sem razão este meu lembrete: há todo um investimento na área da linguística e dos semanticistas de esquecerem esta definição e de considerarem a significação exclusividade dos que se aplicam a seguir teorias a que chamam semântica. A proposta de M. Pêcheux é a da semântica discursiva, crítica a todas as formas de semântica que não pensam a relação sujeito/sentido/ideologia. E é pensando esta relação que estamos pensando os sentidos do museu.*

*somos embalados pela voz de Fernanda Montenegro, que José Simão, reconhece como um “argumento”.*

*É assim que, neste livro, encontramos a fina habilidade do analista que vê e ouve e nos mostra a insistência na identidade como política da memória que funciona no Museu da Língua Portuguesa. Entremeada de várias reduções: a da que toma uma concepção essencialista da identidade, e daquela em que a diversidade da língua é reduzida à diferença lexical. Do mesmo modo, apontamos o autor, é o que acontece com a língua concebida como patrimônio imaterial que carrega uma noção de história transparente, que reduz a história a cenário. Mas José Simão não fica nisso: olhando mais de perto, mostra que é possível, e inevitável, ver uma representação da língua como dinâmica que disputa com a que toma a língua como sistema fechado. Observa-se a produção de relações equívocas do sujeito com a língua e o Estado. E é nisto tudo que reside a importância de um trabalho como este: o de não acomodar-se em um canto do Museu e olhar só o que está sendo mostrado. José Simão procurar ver o esquecido na opacidade de uma imagem, de uma palavra, de muitas palavras e de sons de vozes. O ruído da memória e do esquecimento. E o faz com acuidade, em uma escrita que nos faz refletir.*

*Campinas, 20 de setembro de 2013.*

— ENI PUCCINELLI ORLANDI

## AGRADECIMENTOS

**É** comum, nos livros que resultaram de teses de doutoramento, como é o caso deste, a formulação de que relações de trabalho e de afeto foram decisivas para a realização da investigação. E de fato é assim, a textualização do discurso se dá sempre em complexas relações de alteridade no espaço do dizível, do interdiscurso, da memória discursiva. Derivando sentidos, repetimos essa formulação que remete à historicidade dos textos e dos discursos fazendo lembrança do poema “Tecendo a manhã”, de João Cabral de Melo Neto (*A educação pela pedra*, Nova Fronteira, 1996):

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem

os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

Os “gritos” de muitos “galos” contribuíram para a “tecedura” da tese que deu origem a este livro. Alguns são identificáveis: familiares, amigos, professores, instituições. Outros ressoam no esquecimento. Qualquer listagem dos “fios de sol de seus gritos de galo” estará, assim, sempre incompleta. Há sempre “o grito que um galo antes”. E depois. Em face disso, para escapar ao risco de esquecer alguém, agradecemos, sem nomear, a todos que, das mais variadas formas, generosamente colaboraram para a realização deste trabalho.

Alguns agradecimentos precisam, contudo, ser mais bem explicitados. As ideias com as quais chegamos ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2006, não teriam se transformado de “teia tênue” em tese sem a orientação segura e o apoio de Eni Orlandi, que nos deu liberdade para “tecermos” uma “manhã” mediante o trabalho da interpretação sobre a interpretação; trabalho que historiciza o repetível, que produz devires pelo “cruzamento” de diferentes “fios de sol”. Na orientação desse trabalho, Eni Orlandi chamou-nos a atenção para pontos muito importantes, como na discussão dos instrumentos linguísticos, na questão do discurso biologista/organicista, dentre outros. Por tudo isso e, principalmente, pelo afeto, a ela o nosso agradecimento.

Outro agradecimento que precisa ser explicitado é à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela concessão da bolsa de estudo que possibilitou a realização da pesquisa.



## INTRODUÇÃO

**A** análise do político e da sociedade por meio da linguagem é uma prática que estamos desenvolvendo desde a pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa: Teoria e Prática, realizada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 2001. À época, investigamos os efeitos de sentidos produzidos para o comunismo e o comunista na imprensa católica da primeira metade do século XX, trabalho em parte inspirado na investigação realizada por Mariani (1998) sobre o comunismo e o comunista no imaginário da imprensa brasileira de referência do período de 1922 a 1989.

Com sustentação teórica nos trabalhos de Orlandi (1983) sobre o discurso religioso, analisamos os modos pelos quais o comunismo e o comunista foram significados no jornal *A Cruz*, semanário da arquidiocese de Cuiabá-MT. Entre outras coisas, pudemos compreender que, em seu funcionamento discursivo, pelas formas como articulou o simbólico e o político, esse jornal produziu a satanização do comunismo e do comunista, contribuindo fortemente para a interdição

da ideologia comunista, com efeitos para a formação social e política do Brasil.

A opção por essa forma discursiva de compreender a sociedade e o político ocorreu, todavia, bem antes desses primeiros passos na pesquisa. Foi tentando compreender o que se passava nas aulas de leitura que ministrávamos para alunos da Educação Básica que tivemos o nosso encontro decisivo com a *Análise de Discurso*. Os alunos geralmente não produziam os sentidos dados pelo livro didático e queríamos compreender o porquê disso, em lugar de simplesmente mandá-los apagar suas respostas às questões de leitura e copiar as respostas fornecidas pelo manual. As explicações que encontramos em abordagens cognitivas da leitura não nos pareceram produtivas para a reflexão sobre a polissemia em sala de aula. Em nossa compreensão, essas abordagens, cada uma a sua maneira, estão conformadas pela ideologia da informação com consequências importantes para a constituição do “efeito-leitor” (Orlandi, 1987) em sala de aula.

A leitura do livro *Discurso e leitura*, de Eni Orlandi (1987), foi um divisor de águas nesse nosso percurso. Compreendemos, com a autora, que leitura e leitor são efeitos do trabalho simbólico; que os sentidos são produzidos nas relações da língua com a história, do leitor com os sentidos; que ler é interpretar. Devido à abertura do simbólico, sempre é possível ler de modo diferente um dado texto. Há, contudo, uma divisão social e política da leitura, divisão que “administra” os sentidos, estabelecendo quem pode e quem não pode interpretar.



Esse encontro com a Análise de Discurso, teoria materialista dos sentidos e dos sujeitos, transformou nossa prática de ensino, possibilitou-nos muitas respostas às questões engendradas na sala de aulas de leitura e fez surgirem muitas outras perguntas. Quisemos compreender melhor as políticas de sentidos constitutivas de nossa sociedade, políticas institucionais que intervêm no dizível produzindo sentidos e sujeitos. Por esse caminho, chegamos à pesquisa anteriormente relatada e à pesquisa que resultou em nossa dissertação de mestrado, ambas orientadas pela professora Maria Inês Pagliarini Cox, no Instituto de Linguagens da UFMT.

Buscando tal compreensão das políticas de sentidos que constituem nossa sociedade, no mestrado em Estudos da Linguagem (2005) analisamos o trabalho dos sentidos em propagandas eleitorais, mais especificamente, os processos de subjetivação instaurados na espetacularização do político nas propagandas eleitorais veiculadas pelas emissoras de televisão, nas campanhas para vereador e prefeito de Cuiabá, em 2004. Elegemos para investigação as propagandas nas quais, pelo funcionamento das formações imaginárias, os candidatos formularam o pertencimento à cuiabania, em enunciados tais como “sou cuiabano”. Compreendemos essa formulação do pertencimento à cuiabania como um efeito da interpelação-identificação ideológica, que produz para o sujeito a evidência da unidade identitária. Essa formulação colocou em funcionamento um pré-construído (“ser cuiabano é X”) relativo a diferentes discursos identitários, produzindo uma dispersão de

filiações ideológicas na conformação das posições-sujeito constituídas nas propagandas eleitorais analisadas.

Nessa análise das propagandas eleitorais, o conhecimento sobre a língua nos pareceu um importante “lugar” de produção de identidades e, também, de não coincidências. Buscamos compreender melhor isso em nosso doutoramento, neste trabalho sobre o Museu da Língua Portuguesa, instituição inaugurada em 20 de março de 2006, pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria com o Governo Federal, com a Fundação Calouste Gulbenkian (instituição portuguesa) e com empresas públicas e privadas (IBM, Petrobrás, TV Globo, Empresa Brasileira de Correios, Instituto Vivo, Votorantim e Eletropaulo).

Investigamos os efeitos de sentidos desse museu, por uma análise de seu funcionamento discursivo. Consideramos, nessa investigação, as relações que esse museu mantém com a história da Língua Portuguesa, da produção brasileira de conhecimento linguístico, da instituição museu e do processo de formação política e social do Brasil com suas políticas públicas.

Buscamos, por esse viés, compreender uma das formas da presença do político na linguagem: a institucionalização do saber sobre a(s) língua(s), que se realiza, por exemplo, na produção de dicionários e gramáticas, na elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de língua(s), e, como propomos, na criação do Museu da Língua Portuguesa.

Pode-se indagar, tomando como observatório essas práticas institucionais sobre a(s) língua(s), a constituição dos su-

jeitos, da sociedade e da história. Desse modo, na investigação do Museu da Língua Portuguesa, indagamos como os conhecimentos sobre a Língua Portuguesa produzidos no Brasil concorrem para o processo histórico e político de constituição da sociedade brasileira e da própria língua.

Essa articulação entre o saber institucionalizado sobre a língua e a história da sociedade, bem como entre esse saber sobre a língua e a língua nacional, colocando em relação a unidade e a diversidade em face do Estado, é objeto de investigação no programa de pesquisa História das Ideias Linguísticas no Brasil, programa que surgiu dos conhecimentos produzidos em projetos desenvolvidos na década de 1980, como o projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, coordenado por Eni Orlandi na Unicamp.

Uma das linhas de pesquisa desse projeto tratou da questão da língua e da brasilidade. Interesses relacionados a essa linha de pesquisa levaram Eni Orlandi a um pós-doutorado na França, onde conheceu Sylvain Auroux, à época diretor de um projeto internacional sobre a história das teorias linguísticas. Esse contato resultou em um convênio entre o IEL/Unicamp e a Universidade Paris VII, com apoio Capes/Cofecub, convênio que resultou no projeto “História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional”, coordenado, no Brasil, por Eni Orlandi e, na França, por Sylvain Auroux. De lá para cá, outros projetos foram desenvolvidos ou estão em andamento com a participação de outras universidades brasileiras e europeias.

Dentro desse programa, que assume uma perspectiva multidisciplinar, nossa investigação se filia a uma forma específica de pensar a história do conhecimento sobre língua, forma atenta à materialidade histórica dos objetos simbólicos (as gramáticas, os dicionários e, como estamos considerando, o Museu da Língua Portuguesa) que institucionalizam o saber sobre língua determinando historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com outros falantes.

Subsumindo essa forma de reflexão, investigamos as relações dos discursos sobre língua depreendidos no museu com as formações discursivas e as formações ideológicas relacionadas. Seguindo esse percurso analítico, consideramos a relação entre o dizer e o não dizer, o que nos permitiu compreender a configuração dos sentidos em funcionamento.

Em outros termos, como procedimento de análise, em nosso “gesto de interpretação” (Orlandi, 1996b), efeito de nossa relação com a língua e com a história, relacionamos o que foi dito no museu, nas várias exposições permanentes e temporárias, com o que não foi dito e/ou o que poderia ter sido dito sobre a língua.

Fizemos várias visitas ao Museu da Língua Portuguesa, as quais resultaram na reunião do *corpus* “empírico” da pesquisa (anotações, fotografias, gravações em áudio e vídeo, documentos oficiais e catálogos). De posse desse material, foi necessário recortar as unidades discursivas que compuseram o *corpus* discursivo da investigação, entendendo-se o recorte como um “fragmento da situação discursiva” (Orlandi, 1984, p. 14).

Operamos, portanto, com a noção de recorte e não com a noção de segmento. Orlandi (1984; 1986) desenvolve em termos teóricos esse deslocamento necessário. A noção de segmento, como assinala a autora (1984, p. 13), está comprometida ideologicamente com as teorias que privilegiam a informação. No trabalho com os discursos, o que interessa é o processo de constituição dos sentidos e não a informação, que é produto, efeito.

O deslocamento da noção de segmento para a noção de recorte se articula com o deslocamento do trabalho com a frase para o trabalho com o texto, entendido como “o todo em que se organizam os recortes”, todo comprometido com as condições de produção e caracterizado pela dispersão e incompletude (ibidem, p. 14).

O recorte “resulta de teoria e é uma construção” (idem, 1986, p. 121). As “montagens discursivas” que produzimos com os recortes são “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação” (Pêcheux, [1983] 1997a, p. 57).<sup>1</sup>

A noção de recorte, tal como formulada por Orlandi (1984; 1986), possibilitou a análise discursiva das imagens que compõem o acervo do Museu da Língua Portuguesa. A noção de recorte nos permitiu analisar as imagens fora da perspectiva positivista da chamada “gramática da imagem”,

---

1 A data entre colchetes é da primeira edição da obra na língua original, a outra data é da edição consultada.

perspectiva que, tomada pela ilusão da transparência, segmenta a imagem em unidades, à semelhança das análises linguísticas.

O trabalho com recortes está associado a outro deslocamento: trabalhamos com “fatos” e não com “dados”, deslocamento que coloca o estudo da linguagem no terreno do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo, possibilitando a compreensão dos processos de produção da linguagem. Sob essa perspectiva, como formula Orlandi (1996a, p. 211), os “dados” não existem enquanto tais, eles são o resultado de gestos teóricos, o que a ideologia positivista apaga por meio da produção de evidências.

Como assinala a autora, o mesmo gesto político que, na história das ciências, naturaliza os objetos científicos, transformando-os em “dados”, opera a separação entre sujeito/objeto, exterioridade/interioridade, teoria/análise, dicotomias das quais procuramos nos deslocar.

Em nosso trabalho com os “fatos”, teoria e análise não se separaram. A organização (registro e recorte) do *corpus* da pesquisa exigiu nossa exposição à opacidade do material sob análise e o retorno constante à teoria. Nesse batimento entre a teoria e o *corpus* construído foi se constituindo o objeto discursivo.

A perspectiva teórico-metodológica que assumimos na pesquisa não é, portanto, nem a desenvolvida pela Museologia, nem a desenvolvida pela História ou pela Antropologia. O museu nos interessa como discurso, ou seja, como efeito de sentidos entre locutores (Pêcheux, [1969], 1997b). Analisa-

mos a discursividade do museu, que não se confunde nem com a fala, nem com o uso da língua conforme os vários funcionalismos. A discursividade diz respeito ao funcionamento dos processos discursivos constituídos pelas relações da língua com a história.

Com isso, deslocamo-nos da perspectiva da informação, da documentação, das questões da memória histórica, da preservação e da conservação para a perspectiva da análise discursiva do museu, perspectiva que considera como constitutiva dessa instituição as suas relações com outras instituições, com outros objetos simbólicos, com as suas condições de produção, que inclui o interdiscurso, a memória do dizer.

Desse modo, funciona, em nosso percurso analítico, a distinção feita por Orlandi (1996b) entre ordem e organização. Como estamos compreendendo, a ordem diz respeito à materialidade simbólica do museu e a organização ao trabalho de documentação museológica (inventário, classificação, catalogação etc.).

Deslocamo-nos do trabalho com a organização do acervo museológico para a investigação da “ordem do discurso” (Orlandi, *ibidem*, p. 45), para o estudo dos modos como as exposições do Museu da Língua Portuguesa se inscrevem na história, nas redes de sentidos. As exposições funcionam na história. É aí que elas significam. Está aí a sua ordem, a sua materialidade.